

ENTRE 'PÉROLAS E VIOLETAS': TRAJETÓRIAS E DESLOCAMENTOS DAS MULHERES EM DIREÇÃO AO ESPAÇO PÚBLICO.

ANDRÉA LEDIG DE CARVALHO PEREIRA*

Resumo: Este trabalho examina desafios e estratégias que orientam os deslocamentos de mulheres em direção ao espaço público. Traz, em apoio, duas trajetórias femininas: a de Pérola Byington e a de Violeta Campofiorito, presentes na montagem do sistema de proteção social brasileiro entre as décadas de 1930/1960. São trajetórias que permitem distinguir dois estilos de ação: em Pérola Byington, distinguimos a filantropia que à frente da Cruzada Pró-Infância em São Paulo criou diversos programas direcionados às crianças e mulheres pobres no estado; Violeta Campofiorito, por meio de sua atuação na Escola de Serviço Social de Niterói, consolidará uma ação que recorre à filantropia, mas compromete o poder público na montagem de uma vasta rede de proteção social no antigo Estado do Rio Janeiro. Estas trajetórias indicam que, na conformação do território profissional, discursos maternalistas e ações sociais se modificam e emprestam novos significados à presença das mulheres no espaço público.

Palavras chave: Mulheres, Maternalismos, Proteção social.

Abstract: This paper aims to present both the challenges and strategies that govern the path of women towards public spaces. It also brings, as a support, two female characters: Pérola Byington and Violeta Campofiorito who were present in the building of Brazilian Social Protection System from the years of 1930s and 1960s. These trajectories make it possible to distinguish two styles of action: as for Pérola Byington, we recognize the philanthropist responsible for *Cruzada Pró-Infância* (Cruzade for children) in the state of São Paulo where Pérola created several programs aimed to help poor children and women; Throughout Violeta Campofiorito's life, she could make solid actions in the School of Social Service in the municipality of Niterói, Rio de Janeiro. Violeta performed not only philanthropy; she also engaged governmental institutions in the creation of a vast network for social protection located in the state of Rio de Janeiro. These activists clearly show that, in the conformation of the professional territory, maternalist discourses and social actions can change and offer a new meaning to the presence of women in public spaces.

Key words: Women, Maternalism, Social Protection.

Artigo recebido em 04 de Agosto de 2014 e aprovado para publicação em 25 de Setembro de 2014.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (ledigandrea@gmail.com)

1- Duas trajetórias femininas no campo da proteção social.

“Estará você preparada...
Para a missão grandiosa de mãe de família?
Para dirigir e administrar sua casa?
Para desempenhar bem o papel que lhe cabe na sociedade?”
(Folder da Escola de Serviço Social – 1945 . In: Araújo,1947)

Ao tecer o sistema de proteção social como “missão/tarefa” feminina, mulheres abriram caminhos para seu ingresso no mundo público. Ainda no século XIX, o magistério primário se institui e abre crescente espaço para a participação feminina. As ações no campo da filantropia e da assistência social prosseguem, mas se desdobram em várias iniciativas da primeira metade do século XX, movendo mulheres em direção a novos lugares e novos papéis. O discurso social desse tempo, ao reafirmar a maternidade no principal papel social feminino e ao situá-la como um dever patriótico, conferiu às mulheres autoridade para exercerem no mundo público o que lhes fora outorgado no mundo privado quanto à administração da casa, dos filhos e da família: as intervenções femininas na vida urbana inscrevem-se ordinariamente no prolongamento de sua função familiar. Nas experiências de homens e mulheres, tarefas ligadas ao cuidar implicam responsabilidades e compromissos que adquirem diferentes configurações. Nesse sentido, o pensamento maternalista da época serve à formatação de modelos interventivos voltados para as práticas referidas aos cuidados, naturalizados como próprios do universo feminino.¹ A experiência do mundo privado se estende ao mundo público no campo das ações sociais.

A noção de “mãe” se traduz pelos deveres socialmente definidos, não só em relação a seus filhos, mas também, diante de toda a humanidade. Esta noção concede às mulheres status e visibilidade. Torna-as figuras centrais na montagem dos sistemas de proteção social em diversos países, seja como beneficiárias das políticas de proteção social, seja como trabalhadoras deste campo que avança e que as aproxima de lutas por direitos de cidadania. Nessa conjunção, porém, verifica-se o paradoxo observado por Scott (2002): as mulheres vão se apropriar do discurso da diferença sexual que historicamente as excluía da vida pública para reivindicarem sua inserção nas lutas por direitos. Nesse sentido, recorrem ao

¹ Segundo BOCK (1994), o discurso maternalista do início do séc. XX rompe com a tradicional dicotomia entre as esferas públicas e privadas ao tratar a maternidade como uma função social e não apenas como uma função familiar. O reconhecimento da cidadania feminina vai se dar, “não apesar de, mas por serem mães”, exaltando a maternidade como um dos fundamentos dos direitos e deveres das mulheres, ora privilegiando o seu acesso às profissões, que são uma expressão da ‘maternidade social’, entre as quais destacamos o serviço social, ora apontando para a necessidade de políticas direcionadas à proteção da maternidade e da infância. O maternalismo constrói uma identidade feminina no campo da proteção social.

valor civilizatório da maternidade e afirmam-se nele para também definir aptidões necessárias ao exercício de determinadas funções sociais emergentes, que atuam na consolidação da sua cidadania.

Os maternalismos aparecem como ideais de reafirmação de valores considerados próprios ao exercício da “boa” maternidade. Por séculos, intensamente idealizada, a noção de maternidade se associa ao ideário cristão, assentado nas virtudes de Maria. Mas, estes valores também serão constituintes de lutas e movimentos sociais por direitos. Englobam ainda códigos de conduta que disciplinam seguidos deslocamentos femininos em direção ao mundo político. Os maternalismos são identificáveis em discursos e práticas sociais e como tais se modificam à medida que avança a percepção de diferenças em relação aos homens - isto, no Ocidente, aparece com nitidez no século XVIII, nas lutas de feministas francesas por igualdade em relação aos homens sob a revolução².

As mulheres experimentam mudanças e reveem conceitos que tinham sobre o mundo e sobre si mesmas; redefinem seus significados. A mulher será, cada vez mais, reconhecida e agrupada como um ser “dotado de certas qualidades, que poderia regenerar a sociedade, através de campanhas pela ‘evangelização da paz e da caridade (...) sendo que imprescindível era a tarefa das feministas para a formação dessa nova mulher e, conseqüentemente, dessa nova sociedade’”.³ A maternidade conferia-lhes o “capital feminino” necessário ao exercício de certas tarefas vinculadas aos cuidados com vista à formação de cidadãos da nação.⁴ Mulheres, sobretudo dos segmentos sociais médios, foram então chamadas a “sair” dos seus lares para exercerem a “maternidade social”. Ao ingressarem no campo da proteção social, as mulheres aceitaram o desafio e reinventaram-se, abriram novos espaços de atuação profissional e criaram novas formas de ingresso do feminino na esfera política:

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma consciência de gênero. Tentaram também ‘sair’ daí para terem ‘finalmente lugar em toda parte. Sair fisicamente, deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos – um café, um comício – viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no

² SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis. Ed. Mulheres, 2002

³ VIERA, Claudia Andrade. *Mulheres de Elite em movimento por direitos políticos*. *Revista Gênero*. Niterói, v. 2, nº 1, pp. 115-130, 2 semestre 2001, p.118

⁴ Sobre o conceito de capital feminino ver LEFAUCHEUR (1995).

privado.⁵

Embebidas na atmosfera de progresso e modernidade presente na sociedade brasileira do início do século XX, Pearl E. McIntyre, ou apenas Pérola Byington, como se tornou conhecida, e Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, atendem a esse chamado. Ambas inauguram diferentes frentes de atuação feminina no campo da proteção social. Suas ações se apoiam no sentimento “de cuidar”, compartilhado e reconhecido em diferentes tempos. Uma mesma matéria política irá identificá-las e imprimir a suas trajetórias significados comuns e singulares. Por caminhos diferentes, Pérola Byington, pela ação filantrópica, e Violeta Campofiorito, pela formação profissional, propagam conceitos e práticas sociais vinculadas ao cuidar e/ou educar. Circulam ambas num campo específico do conhecimento e de exercício do poder feminino: o da assistência.

Ao se ampliar o conhecimento dos muitos movimentos de mulheres que forjaram marcos da construção das políticas públicas recorrendo ao pensamento maternalista, verifica-se que há muito a ser conhecido. O maternalismo dá abrigo às profissões femininas de cuidados como as de economistas domésticas, secretárias, professoras primárias, enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais, dentistas, dentre outras. Também, a consolidação do campo assistencial, em geral, admitido como um espaço privilegiado de mulheres para o exercício de práticas de proteção social, não se configura necessariamente como um lugar apenas feminino, sendo na realidade um locus em que a relação entre os sexos adquire contornos precisos. As ações filantrópico-assistenciais se dão, sim, sob os aplausos masculinos e, assim, ocorrem sob “consentimento e aceitação” dos homens. Isso as reforçaria como tarefas femininas. O desenvolvimento de atividades no campo da proteção social implicará em estreitas associações de diferentes profissionais, homens e mulheres, espaço de exercício da política, comum às relações de gênero, que também se redefinirão. Isso não significa que a idealização de “ser mãe”, tão reiterada nos discursos maternalistas de então, não embase claras referências à feminilização de diversas profissões emergentes do século XX. Como dito antes, isto acontecerá.

O florescimento da ciência como valor social na sociedade brasileira do século XX, estabelece um novo padrão de maternidade. As mulheres serão responsáveis pela saúde dos filhos, pelos cuidados com a família, pela redução da mortalidade infantil, no espaço

⁵ PERROT, M. Sair. In: DUBY, G. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 503.

doméstico e no espaço público. A maternidade transforma-se em profissão feminina e confere à mulher um novo status social. Diante da necessidade de treinar as mulheres para o exercício desta nova maternidade na montagem da rede de proteção social, será também necessário buscar o capital educacional para o exercício dessas atividades.

Os cursos de Visitadoras Sanitárias e Visitadoras Sociais no Brasil oferecem um bom estudo de caso⁶. Eles emergem por iniciativa do Estado, pretendendo capacitar, de forma rápida, a mão de obra feminina para atuar na Saúde e na Assistência Social. Educadoras ou “visitadoras” sanitárias⁷ tinham por objetivo difundir conhecimentos teóricos e práticos de higiene, numa clara aliança entre médicos e mulheres. Até a segunda metade dos anos de 1940, em São Paulo, a formação de visitadoras sanitárias buscava suprir a ausência de enfermeiras graduadas, tornando-se precursora da profissionalização da enfermagem no Brasil. Segundo Maria Lucia Mott, as iniciativas de profissionalização no âmbito da saúde pública objetivavam a formação de profissionais “(...) melhor dizendo, as profissionais, pois embora destinado aos dois sexos, o curso foi frequentado sobretudo pelo sexo feminino (...). Os principais alvos eram as crianças em idade escolar e as mães”⁸.

Juntamente com a Associação de Educadoras Sanitárias, em agosto de 1930, Pérola Byington, então, com 50 anos, participa da fundação da Cruzada Pró-Infância na cidade de São Paulo, para atuar junto ao grave problema da mortalidade infantil. Ela expõe a gravidade desta situação no discurso que, então, profere, dirigindo-se às mulheres⁹:

Exmas Sras.: Milhares de crianças morrem todos os dias, em todos os lugares, em todos os países. A mortalidade infantil constitui um problema que não é nosso porque é universal. Combatê-la é um dever que se impõe à consideração de todos que se interessam pelo futuro da raça. Defender a criança - essa flor de carne e de inocência, promessa e esperança do porvir, cujo o corpo imaculado encerra os germens de um destino - defendê-la com todo amor, com toda nossa compaixão, com toda nossa inteligência contra os males que a ameaçam _ a miséria, a ignorância, a enfermidade _ é uma obrigação moral. A Associação de Educação

⁶ O uso do termo no plural sinaliza a existência de diferentes cursos que sob a nomenclatura de “visitadoras” vão capacitar as mulheres para atuarem em diversas áreas. Entre eles destacamos o curso de Visitadoras Sanitárias, vinculado a ações de saúde, e o curso de Visitadoras Sociais, voltado para a atuação junto a obras e instituições de assistência social.

⁷ Segundo FARIA (2006), as nomenclaturas *educadoras* e *visitadoras sanitárias* estão corretas e são equivalentes. Todavia, neste trabalho, o uso do termo visitadoras sanitárias admite uma analogia com a experiência de formação de visitadoras sociais no antigo Estado do Rio de Janeiro.

⁸ MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista gênero*, Niterói, v 3, nº 2, pp. 21-43. 2003, p.26

⁹ O curso de educadoras ou visitadoras sanitárias foi criado no estado de São Paulo em 1925. A Associação das Educadoras Sanitárias foi fundada em abril de 1930 e tinha como Presidente Maria Antonieta de Castro. Mott registra: “Além da defesa dos interesses de classe, a associação tinha como proposta apoiar as iniciativas que tivessem por finalidade a defesa da saúde pública e a proteção à criança e à gestante” (MOTT, 2005:40)

Sanitária, que tem em seu programa a proteção à criança desde antes de seu nascimento, lança, pois, um apelo às nobres paulistanas, no sentido de ser organizada uma grande comissão de Combate à Mortalidade Infantil Pró-Infância com o fim de congregar esforços em prol desse movimento.¹⁰

O Programa de ação da Cruzada visava, inicialmente, assegurar o trabalho voluntário de mulheres, suas sócias, em complementação à atuação da Associação das Educadoras Sanitárias.¹¹ O alvo das ações eram crianças em idade escolar e mães, “ (...) , pois acreditava-se que aquilo que foi aprendido na infância sobre higiene não desaparecia na idade adulta; e as mães, porque eram consideradas as principais responsáveis pela mortalidade infantil”.¹²

Tais atividades estão relacionadas à prática educativa desempenhada por mulheres nos seus espaços cotidianos. Quanto ao recrutamento preferencial de professoras primárias nessa formação de quadros de visitadoras sanitárias – admitia-se a vantagem de terem o ensino médio completo e de serem ainda pessoas aptas à disseminação de um novo padrão de civilidade entre famílias trabalhadoras, na primeira metade do século XX. Empoderadas pelo discurso maternalista, são, então, reconhecidas como preparadas moralmente para o exercício de educar e de propagar práticas de cuidar e de educar as mães. É nessa conformação que o sistema de proteção social inicial ganha formalização e passa a operar, diretamente, junto a mulheres pobres, objetivando o ensino do “correto” desempenho de suas tarefas domésticas.

No princípio, essa entidade não tinha sede. Todas as atividades (reuniões da diretoria, reuniões semanais das voluntárias para confecção de enxovais de bebê, o atendimento às pessoas que queriam se filiar ou que buscavam ajuda) aconteciam na própria residência de Pérola. Inúmeras vezes, em mais de 30 anos à frente da entidade, sua casa seria palco das atividades da Cruzada. Note-se que essas são práticas usuais, presentes em campanhas caritativas, geralmente, por iniciativa de igrejas ou de associações religiosas, em todo o país. Este é bem um exemplo de que, no universo feminino, o ingresso no mundo público não se faz, necessariamente, com saídas do espaço privado.

O objetivo inicial da Cruzada era ajudar individualmente algumas associações filantrópicas, famílias e pessoas.¹³ Pouco a pouco, a entidade se estrutura. Em janeiro de

¹⁰ MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista gênero*, Niterói, v 3, nº 2, pp. 21-43. 2003, p.25

¹¹Sobre o curso de educadoras sanitárias, ler: FARIA, Lina Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção In: *Cadernos Pagu*, Unicamp, v. 27, pp. 173-212. Campinas: junho/dezembro. 2006.

¹² MOTT, op.cit. 26

¹³Nos primeiros cinco meses de atividade “a Cruzada forneceu medicamentos, providenciou o internamento de gestantes em maternidades e o auxílio domiciliar a parturientes. Providenciou também aluguel de casa e gêneros

1931, rompe com a Associação de Educadoras Sanitárias e torna-se autônoma. No mesmo ano, sua primeira sede é inaugurada.¹⁴ Apesar da presença constante das educadoras sanitárias, os rumos da instituição serão centralizados nas mãos de Pérola Byington que, ao mesmo tempo, buscava recursos junto ao poder público e à iniciativa privada, como também junto à sociedade em geral, para suas obras, atuando ainda na supervisão do trabalho administrativo e na organização e planejamento dos serviços¹⁵.

Acompanhando a trajetória de Pérola Byington, vê-se que ela se consagrou no espaço político, que vincula as mulheres a ações filantrópicas e voluntárias. Ao diferenciar-se da caridade, a filantropia deslocou seu foco da gratificação espiritual para a ação social, conferindo-lhe papel estratégico na construção da nação moderna. “Herdeira da caridade, representando no Brasil uma ação historicamente vinculada à fé católica, a filantropia representou também o trabalho permitido às mulheres”.¹⁶ Na base desse discurso maternalista, consolida-se a noção de que a natureza específica da maternidade confere à mulher aptidões naturais para o exercício de atividades relacionadas ao cuidar, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Isso se expressa em circunstâncias do cotidiano, as mais banais, observáveis em continuidades da história do tempo presente : “Quantas vezes, em Brasília, no grande salão do Congresso, era vista uma senhora idosa, vestida como uma dona de casa (...) disputando verbas para suas obras assistenciais.”¹⁷ Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidades e, também, com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração. Elas também compõem um dado social imaginário sobre papéis femininos [pré] definidos na divisão sexual do trabalho, vinculando sempre as mulheres à prática dos cuidados.

Durante a gestão de Pérola Byington, as ações da Cruzada Pró-Infância direcionaram-se para a assistência social, a assistência médica, a educação sanitária, a educação infantil e

alimentícios, internamento de crianças em asilos e distribuiu enxovais, tendo auxiliado 37 famílias e 121 crianças”. (Mott.2003.27)

¹⁴ A entidade passou a funcionar num velho casarão alugado, na Rua Santa Madalena, 58, situado entre a Avenida Paulista e o bairro da Bela Vista. Em dezembro de 1935, a nova sede é inaugurada, em imóvel próprio, na Av. Brigadeiro Luis Antônio, 638, onde funciona até os dias de hoje (Mott.2005).

¹⁵ MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista gênero*, Niterói, v 3, nº 2, pp. 21-43. 2003

¹⁶ FREIRE, Maria M. L. *Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2006.p.101

¹⁷ MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista gênero*, Niterói, v 3, nº 2, pp. 21-43. 2003, p.22

serviços especializados de combate à mortalidade infantil¹⁸, além de diversas campanhas educativas. A partir da construção do hospital, em 1959, a medicina curativa torna-se uma preocupação maior da entidade¹⁹²⁰. O público atendido era composto majoritariamente por mulheres e crianças, numa época em que muitas entidades tinham como diferencial as ações filantrópicas voltadas apenas para grupos específicos, segundo a nacionalidade, religião ou grupo profissional. O atendimento no hospital da Cruzada destinava-se a todas as pessoas, sem qualquer distinção.

Pérola personificou em seus atos e modos de traduzir ações no campo da proteção social o pensamento maternalista científico, centrado na ação voluntária traduzida pelo exercício da filantropia e enunciada como tarefa própria das mulheres. Como sinaliza Perrot, “a filantropia constituiu para as mulheres uma experiência não negligenciável, que modificou a sua percepção do mundo, e a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública”²¹ Ao garantir visibilidade e respeitabilidade pessoais por suas ações filantrópicas, as mulheres se veem deslocadas para outras arenas políticas. Em julho de 1931, Pérola representa a Cruzada no II Congresso Internacional Feminista, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida por Bertha Lutz. Em 1932, após ter participado ativamente do Movimento Constitucionalista, participa da fundação da Associação Feminina em São Paulo, com o objetivo de promover as mulheres como cidadãs e mães. Graças à mobilização da associação, Carlota Pereira de Queiroz é a única mulher eleita para a constituinte de 1934.

A trajetória de Pérola Byington é exemplar neste momento de transição da montagem do sistema de proteção social brasileiro, sobretudo, pela formação e ampliação do voluntariado feminino para a profissionalização das práticas assistenciais preexistentes. É

¹⁸ Entre os principais serviços criados na gestão de Pérola Byington destacam-se: os Centros de Assistência Social, as Cozinhas Dietéticas (onde se fazia a distribuição de leite, farináceos e outros alimentos a crianças desnutridas), os jardins de infância, unidades especializadas de assistência médica e odontológica, o lactário (que, até onde se sabe, é o primeiro banco de leite humano do Brasil), o berçário (destinado a crianças doentes ou com sérios problemas de desnutrição), creches e a casa maternal (para acolher, no pré-natal e no pós-parto, mulheres solteiras ou abandonadas pelos maridos e também as casadas que tivessem baixa renda familiar), entre outros.

¹⁹ No início dos anos 60, o hospital contava com 400 leitos gratuitos (220 para crianças e 200 para gestantes). Em 1989, devido a dificuldades financeiras o Hospital foi alocado para a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

²⁰ MOTT, Maria Lucia. O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo. Grifos projetos históricos e editoriais, 2005

²¹ PERROT, M. Sair. In: DUBY, G. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed.Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.p.504

assim que, no início da década de 1930, a Cruzada organiza dois cursos: o de enfermagem (para mulheres, no Instituto de Higiene e para homens, no Hospital do Brás) e o de formação de assistentes sociais, destinado às senhoras da sociedade. O objetivo desses cursos era capacitar o voluntariado para as atividades da assistência materno-infantil hospitalar e domiciliar.

De atividades voluntárias como as realizadas por Pérola à frente da Cruzada Pró-Infância, as práticas vinculadas ao “cuidar” tornam-se campo de várias profissões femininas, entre as quais se destaca a de Serviço Social. Esse é também o espaço que, entre as décadas de 1940 e 1970, solidifica a trajetória profissional de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama.²² Desta forma, Pérola e Violeta com seus estilos próprios, movem-se em direção à consolidação do campo da proteção social brasileira. Definem-se nele múltiplas possibilidades de construção de novos signos sociais e de novas experiências pessoais e profissionais para as mulheres.

Assim como Pérola, Violeta inicia seu trabalho voluntário sob os auspícios da guerra, no caso, da II Guerra Mundial. Nesse período, atuou ao lado de D. Alzira Vargas, filha do Presidente Getúlio Vargas e esposa do então interventor Amaral Peixoto, na criação da LBA fluminense em 1942.²³ Para atuar junto às famílias dos pracinhas²⁴, a LBA organizou cursos de Noções de Enfermagem, Defesa Civil, Nutricionista e Visitadoras Sociais. Para este último, exclusivamente feminino, foram convidadas professoras primárias da capital e do

²² Violeta Campofiorito nasceu em 1909, na cidade de Belém do Pará, e faleceu em 2003, aos 105 anos de idade. Era a filha caçula de quatro filhos (dois homens e duas mulheres) do pintor e arquiteto Pedro Campofiorito, italiano e professor da Escola de Belas Artes de Roma, que veio para o Brasil a convite do governador do Pará, para dirigir os serviços artísticos de Belém, no início do séc. XIX. Sua esposa era uma imigrante espanhola, exímia costureira e dona de casa, Delfina Paniagua, que veio com a família da Europa, chegando em Belém, no período do ciclo da borracha. Violeta, aos sete anos, migrou com a família para Niterói. Em 1928, aos 19 anos, forma-se professora pela Escola Normal, hoje Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha. No ano seguinte, casa-se com o Comandante da Marinha Mercante Eduardo Arnould de Saldanha da Gama, 11 anos mais velho, com quem teve duas filhas

²³ Com o objetivo de ajudar, orientar e dar apoio às famílias dos Pracinhas, que em 1942 foram convocados pela FEB (Força Expedicionária Brasileira) para as linhas de frente na Itália, é criada pela primeira dama, D. Darci Vargas, a LBA. No antigo estado do Rio de Janeiro é criada a LBA Fluminense por D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, para capacitar o voluntariado a atuar junto as famílias. Organizam-se cursos de Visitadoras Sociais (percurso da Escola de Serviço Social): Noções de enfermagem; Defesa Civil; Nutricionistas e outros. (GAMA1995).

²⁴ Como afirma D. Violeta Campofiorito em entrevista ao CPDOC “quando o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, em 1942, a Legião Brasileira foi criada. Dona Alzira era esposa do interventor Amaral Peixoto e nós todos, diretores e professores de projeção, fomos chamados para uma reunião. Aí eu conheci dona Alzira e comecei a ficar muito amiga dela. A LBA Fluminense foi criada com esse grupo de diretores de escola, todos ao lado de dona Alzira, e senhoras da sociedade. Dona Darci já tinha criado a LBA no Rio de Janeiro. GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. Violeta Campofiorito (depoimento, 2001). Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

interior do Estado do Rio de Janeiro. Violeta e muitas mulheres oriundas de cidades do interior do antigo estado do Rio de Janeiro participam do curso de visitadoras sociais.

A propósito dessa campanha que vem sendo recebida com simpatia pela mulher fluminense, ouvimos, ontem, na sede da Legião, a professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, elemento de destaque no nosso magistério e monitora chefe das visitadoras sociais de Niterói. Assim nos falou aquela distinta legionária do setor de educação popular: O espírito de sacrifício e obrigação das visitadoras sociais representado por um trabalho árduo e desinteressado, demonstra uma compreensão nítida e inteligente da solidariedade humana, útil e apreciada em todos os tempos, mas principalmente numa época de emergência como a atual.²⁵

A experiência do mundo privado se estende ao mundo público, consolidando um ideal de “mãe cívica”. E isso significa um ganho na história das mulheres brasileiras: elas, agora, exercitam a maternidade social e com isso irão associar-se a lutas no campo dos direitos sociais. As ações de voluntariado e filantropia movem-se em direção a novos lugares e novos papéis. Tudo indica que as origens do curso de visitadoras sociais promovido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) atendem também a esse ainda obscuro desígnio.²⁶ A entrevista de Dona Violeta, concedida ao CPDOC, em 2002, situa a natureza desses encargos sociais presentes no projeto inicial desenvolvido pela LBA, em associação com os primeiros passos para a fundação da Escola de Serviço Social :

A LBA fazia muito trabalho social, precisando desse grupo de pessoas que foi alertado para o bem estar social, fazendo serviço social voluntário. Niterói tem muitos morros, muitas favelas e um grande número de pracinhas foi para a guerra. E os pracinhas foram todos das regiões mais pobres de Niterói, do Estado do Rio, onde também estávamos. Eu ficava mais em Niterói, mas muitas eram de outros municípios. Então essas pessoas foram chamadas pela LBA, como um voluntariado, recebendo pró-labore para ajudar no trabalho de assistência aos pracinhas. Eu, por exemplo, subi morros para levar cartas para a família dos pracinhas: eu e **todas as minhas colegas voluntárias**. (grifos nossos). Estou falando não do tempo de formada, mas do tempo em que era voluntária.²⁷

Ao falar sobre o perfil das “alunas” do primeiro curso de Visitadoras Sociais na capital fluminense, D Violeta afirma: “Tinha de tudo, quer dizer, de todos os níveis. Tinha gente até de primário, porque não era obrigatório o título de grau de conhecimento. Eram pessoas de

²⁵ O Estado, 1945 apud COSTA, Suely Gomes. *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Córtez. 1995.p.42

²⁶ Criada em 1942, sob os auspícios da II Guerra Mundial, por D. Alzira Vargas, filha do Presidente Getúlio Vargas e esposa do então interventor Amaral Peixoto, para atuar na capital fluminense.

²⁷ GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. *Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.p.9

boa vontade, por isso era voluntariado”.²⁸ Esse primeiro grupo de visitadoras sociais é caracterizado, deste ponto de vista, por um voluntariado feminino e por uma ação voltada para o campo da filantropia. São práticas similares àquelas vivenciadas por Pérola Byngton na montagem da Cruzada Pró-Infância em São Paulo. Tanto uma como a outra produzem novos deslocamentos de mulheres no plano político, modificando a percepção que elas tinham do mundo e de si mesmas e redefinindo seus significados.

Se, inicialmente, a constituição da assistência social se fazia vinculada às práticas caritativas e filantrópicas - das quais é exemplar a atuação da primeira turma de visitadoras sociais formadas pela LBA -, sua institucionalização como política de Estado vai apontar para a necessidade de profissionalização dessas mulheres como agentes oficiais da proteção social sob a égide do Estado, situando a necessidade:

(...)pois, de profissionais, tecnicamente preparados, para atender às suas programações e com destinação de tempo diário para o desempenho de suas funções, uma vez que os leigos se dedicavam à prestação de assistência social dentro dos limites de suas disponibilidades pessoais.²⁹

Práticas filantrópico-voluntárias ganham continuidade num campo de ação tendencialmente feminino, atualizando antigas tradições, ainda definidas como uma profissão de mulheres, mas agora em estreitos vínculos com o Estado, alinhados com o trabalhismo de Vargas. Assim as trajetórias de Pérola Byngton e Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, impactadas pelo discurso do maternalismo científico apontam para um claro movimento de rupturas e continuidades, em que as práticas vinculadas ao padrão filantrópico das ações assistenciais da Cruzada Pró-Infância de São Paulo se situam na interface com a profissionalização feminina no âmbito da Escola de Serviço Social de Niterói na montagem da rede de proteção social.

Para atender à necessidade de formação profissional de mulheres para atuar na rede de proteção social, a LBA inaugura no dia 23 de agosto de 1945, à Rua Tiradentes, 148, no Ingá, em Niterói, a então feminina Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (ESSERJ).³⁰

²⁸ Ibid.p 9

²⁹ GOMES, Leila Maria Afonso. *Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: significado da Escola de Serviço Social da UFF no período de 1945/1964*. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo; PUC, Faculdade de Serviço Social, 1994.p.130

³⁰ A Escola de Serviço Social de Niterói (ESSERJ) foi criada pelo decreto nº 1.397 do governo do Estado do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1945. Subordinada ao Conselho Estadual de Serviço social, era mantida pelo Estado e Legião Brasileira de , com verbas distribuídas em quotas iguais. Em 20 de setembro de 1946 , a Escola

Como se sabe, foi criado recentemente, com sede em Niterói, a Escola de Serviço Social do Estado do Rio, que se destina a preparar equipes de assistentes sociais, isto é, moças em condições de se desincumbirem dos serviços especializados de assistência social, em estabelecimentos mantidos pelo governo, instituições particulares ou empresas industriais.³¹

A ausência de assistentes sociais graduadas para atuar na LBA e nas obras sociais da capital e do interior do estado e a longa duração do curso de serviço social (03 anos) fizeram as autoridades optarem pela criação de um curso de curta duração, o de “visitadoras sociais”, anexo à Escola de Serviço Social. Com duração de dois anos e requisitos menos exigentes de formação, o curso ofereceria experiência teórica e prática às “novas” visitadoras sociais:

A carência em nosso meio, de pessoas especialmente preparadas e as exigências urgentes, cada vez mais prementes, de trabalhadores sociais, fizeram com que se cogitasse também na criação de um curso que viesse resolver a situação do momento. Assim teve origem o curso de visitadoras sociais, anexo à escola de Serviço Social e com a finalidade de proporcionar conhecimentos técnicos básicos a moças que estavam prestando ou viriam trazer seu concurso às atividades da Legião Brasileira de Assistência e de outras obras.³²

É possível localizar na experiência do curso de Visitadoras Sociais do Antigo Estado do Rio de Janeiro os muitos maternalismos constituintes das ações femininas e seus deslocamentos para o espaço público, nessa experiência que faz a transição das iniciativas filantrópicas para as que se esboçam como obrigações e funções de proteção social do Estado brasileiro. Na sua fase inicial, o curso vincula-se à LBA e aponta para a formação de um voluntariado feminino. No seu segundo momento, o curso vincula-se à ESSN e é criado por iniciativa do Estado, voltando-se para a formação profissional das mulheres, tendo agora o maternalismo científico presente no currículo inicial e nas reformas curriculares que se seguem. Além disso, este curso opera a crescente conjugação de iniciativas que associa instituições públicas e privadas desse emergente sistema de proteção social. As ações desenvolvidas por Violeta Campofiorito Saldanha da Gama à frente da ESSN têm esse sentido.

passou a ter, dentro das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Estadual de Serviço Social, autonomia administrativa, funcionando sob a direção de um Conselho de administração. São membros natos no referido conselho: Um representante do Conselho estadual do serviço Social- presidente, um representante da Legião Brasileira de Assistência e diretora da Escola e um representante do corpo docente eleito pelos próprios professores da escola.

³¹ O Estado, 1945 apud COSTA, Suely Gomes. *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Córtez. 1995.p.42

³² ARAÚJO, Petra Maria Calazans. *Curso de Visitadoras Sociais da Escola de Serviço de Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso. 1947. ESSERJ. p. 6

A criação de alguns programas de ação social importantes, sediados no espaço da Escola de Serviço Social de Niterói, servia de campo de estágio. Há uma vasta produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que descrevem essas experiências inaugurais. Eles são produzidos por suas alunas sob a supervisão docente e expressam essas orientações em trabalhos das décadas de 40, 50 e 60 do século XX. Em 1958, ingressa o primeiro aluno nessa unidade de ensino.

Em geral, os TCC's refletem um aprendizado sobre questões sociais das mais variadas e narram condutas de assistentes sociais atuantes na conformação de práticas profissionais que aparecem, inicialmente, como sistematizações de práticas filantrópicas. Em seguida, entre fins dos anos 50 e início dos 60, é crescente a presença de áreas de conhecimento vinculadas às ciências sociais, notando-se autores brasileiros, europeus e norte-americanos nessa formação acadêmica. Ainda que fortemente marcada por ações filantrópicas ou de caráter religioso, essa unidade conheceu aproximações com o pensamento crítico que avança nas universidades brasileiras e que irá conformar parcelas do movimento de reconceituação, que se disseminará por todo o país. É importante também destacar os programas e projetos alinhados às políticas regionais e locais, situando relações de poder que estarão conformando o sistema de proteção social do antigo Estado do Rio de Janeiro.

As trajetórias de Pérola e Violeta se entrecruzam na tarefa de tecer a rede de proteção social. Ambas foram professoras primárias de formação, mas Pérola, nunca exerceu essa profissão: fez sua inserção na esfera pública através do trabalho assistencial voluntário. Violeta, no entanto, atuara como professora primária na rede pública.³³ E apesar de ter iniciado sua trajetória pelo campo do voluntariado, profissionalizou-se como assistente social e construiu sua carreira acadêmica na Escola de Serviço Social de Niterói. Sua trajetória indica atuações diferenciadas no campo da proteção social. Pérola afirma-se pela filantropia e Violeta por uma noção de Serviço Social que a nega, ainda que a incorpore, pretendendo mudá-la. Ambas têm no discurso do maternalismo científico, esse que qualifica a função materna e lhe confere novo status, o ponto de partida para seus deslocamentos em direção à consolidação de novos campos de atuação profissional. Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se redefine e dá seus primeiros passos em direção à tomada de

³³ Violeta Campofiorito Saldanha da Gama iniciou sua carreira como professora primária no município de Nova Iguaçu-RJ no final da década de 1920. Já na década de 1930, após a maternidade ingressou por concurso de provas e títulos como professora catedrática de desenho técnico e artístico da Escola Industrial Henrique Lage localizado na Rua Guimarães Junior, 182, Barreto, Niterói, RJ. Nesse período, inicia o curso de desenho na Escola Nacional de Belas Artes.

consciência sobre direitos e funções do Estado para conquistá-los.

Com o fim da II Guerra Mundial, as ações da LBA no estado do Rio de Janeiro direcionaram-se para a prestação de serviços aos pracinhas e seus familiares. Depois, voltam-se, preferencialmente, para programas sociais emergentes, sobretudo os de cobertura materno-infantil, os quais também foram alvos das ações desenvolvidas pela Cruzada Pró-Infância em São Paulo e que prosseguirão em outras partes do país. Mas essa unidade sob a direção de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, estende-se para novas áreas. Há uma clara alusão à montagem de uma rede de atenção materno-infantil no âmbito do Estado que assume um caráter protecionista. Nesse desenho, prevalece a concepção de que as mulheres não são apenas trabalhadoras, mas também, usuárias dos serviços, estabelecendo um “casamento entre as mulheres e o Estado de Proteção Social”.³⁴ Violeta é, então, nomeada chefe do Serviço Social das obras sociais da LBA fluminense por Alzira Vargas.

Em 1945, a criação da Escola de Serviço Social de Niterói pela LBA indica novos deslocamentos femininos quando se dedica a ampliar a profissionalização para o exercício da assistência social. Violeta não participa da primeira turma do curso de serviço social. Todavia, por ser chefe de setor de Obras Sociais da LBA, sendo a Escola considerada uma “obra social”, uma será extensão da outra. A LBA terá como responsabilidade o pagamento de todos os funcionários, inclusive professores dessa unidade de ensino estadual. O ingresso de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama no corpo docente dar-se-á em 1948. Ela terminará o curso em 1951, e será nomeada, então, pelo Estado, diretora da ESSN. Permanecerá no cargo até 1966. Sob a ditadura militar, pede demissão do cargo de diretora, mantendo-se nessa Escola como docente, até sua aposentadoria em 1977.

Sob seu comando a escola vivenciará na década de 1950, uma verdadeira “revolução”. Em 1952, a unidade deixa de ser feminina e torna-se mista; em 1954, passa a ser integralmente mantida pelo Estado; em 1956, é reconhecida como instituição de nível superior, criando-se o sistema de vestibular para ingresso e o curso noturno para atender aos estudantes trabalhadores e, em 15 de maio de 1959, foi criado o Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK).³⁵

No ato em que fui nomeada, fiz uma revolução na Escola! Comecei deixando entrar

³⁴ Ver LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, Família, Estado. In: FRANÇOISE, Thébaud (Org.). *História das mulheres. O século XX*. Vol. V. pp 479-503. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1995.

³⁵ O Diretório Acadêmico recebeu este nome em homenagem a uma notável assistente social que estudou em São Paulo e atuou no planejamento e organização da Escola em seus primórdios (GAMA, 1995, p. 17).

homem: abri facilidades para o time masculino. Eu tenho exemplos de excelentes assistentes sociais homens que se formaram pela Escola. Depois, abri três turnos porque as pessoas que trabalhavam de manhã não podiam estudar à noite, e a Escola funcionava de manhã. Então eu abri uma turma de manhã e uma à noite, e também tinham algumas aulas que eram dadas à tarde. Foi uma beleza, porque muita gente pôde estudar.³⁶

Os anos 1960 marcaram para o mundo um período de profundas mudanças culturais e sociais. No Brasil, tal década iniciou-se marcada pela abertura política e por demandas sociais postas pelo crescente processo de urbanização. Sob o comando de D. Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, a ESSN vivenciará essa efervescência política e cultural.

Em sua tese de doutorado³⁷, Leila Maria Alonso Gomes, identifica Violeta Campofiorito como uma mulher firme em suas posições, mas que procurava caminhos sem impactos para atingir seus objetivos: “O seu relacionamento político e a sua habilidade política deram uma dimensão diferenciada ao encaminhamento da Escola de Niterói”.³⁸ Tais características foram confirmadas no depoimento da professora Suely Gomes Costa³⁹, aluna da escola, no período em que Violeta a dirigiu. “Pelo menos nessa escola, eu não tive cerceamento de liberdade, quando nela estudei.” O contato das alunas de Serviço Social com as ideias que circulavam na sociedade brasileira, trouxe mudanças para a formação acadêmica, oportunizou a renovação dos signos sociais da cultura profissional.

Durante o período que estive à frente da ESSN, Violeta atuou na montagem da rede de proteção social no antigo estado do Rio de Janeiro. Em 1955, foram criados três grandes programas na ESSN: O COSAM⁴⁰ (Conselho de Obras e Serviços de Assistência ao Menor) que “se propunha a estudar, pesquisar e debater os problemas que afetam ao menor, na obra

³⁶ GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. *Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002. p.16

³⁷ Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: o significado histórico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no período de 1945/1964. PUC/SP 1994.

³⁸ GOMES, Leila Maria Afonso. *Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: significado da Escola de Serviço Social da UFF no período de 1945/1964*. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo; PUC, Faculdade de Serviço Social, 1994.p. 122

³⁹ Ibid. p. 123.

⁴⁰ Inicialmente o COSAM funcionou no prédio da ESSN, depois, foi transferido para o prédio da R. General Osório 59, São Domingos, cedido pelo governo do estado. Em 1960, o então governador Roberto Silveira, solicitou ao COSAM “um plano moderno e eficiente” para o Instituto de Menores de Bom Jesus do Itabapoana. Como resultado do trabalho, Violeta recebeu na Câmara de Bom Jesus o Título de Cidadã Honorária. O COSAM funcionou até 1968 quando foi incorporado pela FUNABEM.

social, na família, nas ruas, nas escola , e/ou no trabalho”.⁴¹; o CRACEF (Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense) e o FARIS⁴² (Fundação de Assistência, Recuperação e Integração Social – Albergues Sociais).

Acompanhando a trajetória de Pérola Byington, percebe-se que ela se consagrou no espaço político, mas, sobretudo, por meio de um padrão de maternidade social que vincula as mulheres a ações filantrópicas e voluntárias, numa continuidade histórica. Isto se expressa em circunstâncias do cotidiano as mais banais: “Quantas vezes, em Brasília, no grande salão do Congresso, era vista uma senhora idosa, vestida como uma dona de casa (...) disputando verbas para suas obras assistenciais.”⁴³ Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidade e também com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração, que compõem o imaginário social, os papéis femininos (pré)definidos na divisão sexual do trabalho, sempre vinculando as mulheres à prática dos cuidados.

Esse movimento de “saída” das mulheres e de ingresso no mundo público também mudou. Durante o período da ditadura Vargas (1937-1945), o Estado, ao incorporar e atender demandas por serviços sociais, necessita formar e capacitar a mão de obra especializada para atuar na montagem do sistema de proteção social. A Proteção Social se constituirá em lugar de formação de mulheres intelectuais, um espaço de criação e de mudança de valores, de práticas e representações sociais muito variadas, formatadas no entrecruzar da história política e da história cultural. Abre-se para as mulheres a possibilidade da profissionalização. Pérola, apesar de ser professora primária, nunca exerceu a profissão; fez sua inserção na esfera pública com o trabalho voluntário. Violeta, no entanto, já atuava como professora primária na rede pública⁴⁴ e, apesar de ter iniciado sua trajetória pelo campo do voluntariado,

⁴¹ GAMA, Violeta C.S. da. *Memórias: Homenagem aos 50 anos da ESSN (1945-1995)* Niterói/RJ. EDUFF, 1995.p.32

⁴² “A necessidade da existência, em Niterói, de um albergue social foi discutida na Escola de Serviço Social em várias reuniões das quais participamos pessoalmente, ao lado de lideranças do comércio, Clube de Diretores Lojistas, dirigentes da Associação Comercial, representantes de bancos e muitas pessoas interessadas no assunto. O governo doou um terreno na Av. Jansen de Mello. Foi organizada uma objetiva campanha para arrecadar fundos para a manutenção e elaborada, por um voluntário, uma planta muito elogiada para a construção do primeiro Albergue, no centro de Niterói. Foram feitos e registrados os estatutos, foi formada uma diretoria e lançada a pedra fundamental, com muita repercussão jornalística. O processo de doação tramitava na Assembleia Legislativa e foi vetado, por incrível que pareça” (GAMA,1995:37)

⁴³ MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista gênero*, Niterói, v 3, nº 2, pp. 21-43. 2003.p.22

⁴⁴Violeta Campofiorito iniciou sua carreira como professora primária no município de Nova Iguaçu, RJ, no final da década de 1920. Já na década de 1930, após a maternidade ingressou por concurso de provas e títulos como professora catedrática de desenho técnico e artístico da Escola Industrial Henrique Lage Localizado na Rua

profissionalizou-se e construiu uma carreira acadêmica à frente da Escola de Serviço Social de Niterói. Suas trajetórias nos fazem perceber o contraste entre essas duas atuações no campo da proteção social. Pérola pela filantropia e Violeta pelo Serviço Social.

Quando Violeta Campofiorito Saldanha da Gama se insere no campo da proteção social, o padrão filantrópico das ações assistenciais presentes na Cruzada Pró-Infância, já havia se deslocado em direção à profissionalização e tudo sugere que essa tendência se desenvolve em outras escolas de serviço social. A Assistência Social se consolida como campo específico da atuação profissional e de conhecimento feminino. Mas a noção de maternidade se transforma através da ciência. As mulheres consolidam o que Maria Martha Freire, vai denominar “maternalismo científico”, em São Paulo, já na Primeira República, com base no aprofundamento de estudos no âmbito da história dos intelectuais. São significativas de indícios dessas transformações, as ações desenvolvidas por Violeta Campofiorito Saldanha da Gama na montagem da rede de proteção social do antigo estado do Rio de Janeiro.

A criação de alguns programas de ação social importantes sediados no espaço da Escola de Serviço Social de Niterói serviu também como campo de estágio; estão descritos em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), elaborados pelo corpo discente das décadas de 1950 e 1960. Eles sugerem uma constante busca de aprendizado no trato do social. Também são muitas as mulheres que agora se aproximam das relações de poder do Estado e dos municípios e muito das ações sobre essas instâncias depende a montagem do sistema de proteção social do antigo estado do Rio de Janeiro. Pérola e Violeta, duas trajetórias que, no tecer da rede de proteção social em seus estados, revelam muito da história do processo de tomada de consciência sobre as funções do Estado e da longa caminhada por conquista de direitos.

Referências:

Livros:

COSTA, Suely Gomes. *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Còrtez. 1995.

GAMA, Violeta C.S. da. *Memórias: Homenagem aos 50 anos da ESSN (1945-1995)*. Niterói/RJ. EDUFF, 1995.

Guimarães Junior, 182 – Barreto- Niterói - RJ. Neste período inicia o curso de desenho na Escola Nacional de Belas Artes.

MOTT, Maria Lucia. *O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo. Grifos projetos históricos e editoriais, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis. Ed. Mulheres, 2002.

Capítulos:

BOCK, G. Pobreza feminina, maternalismo e direitos das mães (1890-1950). In: DUBY, G., PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994, pp.435-477.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, Família, Estado . In: FRANÇOISE, Thébaud (Org.). *História das mulheres. O século XX*. Vol. V. pp 479-503. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1995.

PERROT, M. Sair. In: DUBY, G. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.

Artigos:

FARIA , Lina Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 27, pp. 173-212. jun/dez. 2006.

MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista gênero*, Niterói, v 3, nº 2, pp. 21-43. 2003

VIERA, Claudia Andrade. Mulheres de Elite em movimento por direitos políticos. *Revista Gênero*. Niterói, v. 2, nº 1 , pp. 115-130, 2 semestre 2001

Monografias:

ARAÚJO, Petra Maria Calazans. *Curso de Visitadoras Sociais da Escola de Serviço de Niterói*. Trabalho de Conclusão de Curso. 1947. ESSERJ.

Teses:

FREIRE, Maria M. L. *Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2006.

GOMES, Leila Maria Afonso. *Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: significado da Escola de Serviço Social da UFF no período de 1945/1964*. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo; PUC, Faculdade de Serviço Social, 1994.

Depoimentos:

GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. *Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.